



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº.16/2017

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM CINCO DE JULHO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE:-----

-----Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezassete, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves Matos e Eng.º. Serafim Paulo Melo de Oliveira .-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 10/2017, de 5 julho, secretariada por Rosa Maria Ferreira Breda, Coordenadora Técnica.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.- APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21/06/2017:-----

Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 21/06/2017, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artº. 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----

-----O Senhor Presidente informou que a partir da presente data, o Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques não secretaria as



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Câmara Municipal nas próximas eleições às Autarquias Locais, e de acordo com o seu despacho nº. 10/2017, de 5/06/2017 as Reuniões de Câmara passariam a ser secretariadas pela Coordenadora Técnica Rosa Maria Ferreira Breda, e nas suas faltas e impedimentos pelo Coordenador Técnico Manuel Jorge Gomes Nunes.-----

-----Prestou ainda informações sobre:-----

-----A eventual interligação a Mortágua da Ecopista do Dão, que poderá vir a ser comparticipada financeiramente mediante candidatura a efetuar pela CIM Coimbra.-----

-----As negociações efetuadas com a Concessionária Águas do Planalto para a redução do custo da fatura de abastecimento de água no Concelho de Mortágua.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 123 referente ao dia 04/07/2017 que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes dezasseis (16) ofícios datados de 3 de julho da Assembleia Municipal de Mortágua, dando conhecimento que na sua 3ª. sessão ordinária realizada no pretérito dia 30 de junho:-----

-----Aprovou, por maioria, com 12 votos a favor, sendo 9 votos do Grupo PPD/PSD, 1 voto do CDS-PP e 2 votos de Presidentes da Junta de Freguesia do PS e 11 abstenções do Grupo do PS, a Consolidação de Contas de 2016 do Município de Mortágua.-----

-----Aprovou, por maioria, com 11 votos a favor, sendo 9 votos do Grupo PPD/PSD e 2 votos de Presidentes da Junta de Freguesia do PS e 13 abstenções, sendo 12 do Grupo do PS e 1 do CDS-PP, a Modificação por Revisão ao Orçamento Municipal para o ano de 2017 – 2ª. Revisão.-----

-----Aprovou, por maioria, com 11 votos a favor, sendo 9 votos do Grupo PPD/PSD e 2 votos de Presidentes da Junta de Freguesia do PS e 13 abstenções, sendo 12 do Grupo do PS e 1 do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

CDS-PP, a Modificação por Revisão às Opções do Plano para o ano de 2017 – 2ª. Revisão.----

-----Aprovou, por unanimidade, o Pedido de Autorização Prévio de Compromisso Plurianual relativo ao Fornecimento Contínuo de Energia Elétrica às Instalações Alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN, em Baixa Tensão Especial (BTE) e em Média Tensão (MT) do Município de Mortágua ao abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Eletricidade Promovido pela CIM-CR.-----

-----Aprovou, por unanimidade, o Pedido de Autorização Prévio de Compromisso Plurianual relativo ao Fornecimento Contínuo de Combustíveis ao Abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Combustíveis Promovido pela CIM-CR.-----

-----Aprovou, por unanimidade, o Pedido de Autorização Prévio de Compromisso Plurianual relativo à Requalificação, Ampliação do Cemitério Municipal de Mortágua.-----

-----Aprovou, por unanimidade, a Proposta de Protocolo de Colaboração Entre o Município de Mortágua e a Freguesia do Sobral para Apoio a Obras de Ampliação do Cemitério do Sobral.

-----Aprovou, por unanimidade, a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Mortágua e a Freguesia de Trezoi.-----

-----Aprovou, por maioria, com 23 votos a favor, sendo 14 votos do Grupo do PS e 9 do Grupo do PPD/PSD e 1 abstenção do CDS-PP, a celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Mortágua na Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, em Matéria de recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos.--

-----Tomou conhecimento dos Acordos a celebrar com a Infraestruturas de Portugal – Acordo de Gestão da Rotunda da Gândara – Construção; Acordo de Gestão Rotunda da Gândara – Iluminação Pública; Acordo de Gestão Rotunda da Gândara Paisagismo; Acordo de Gestão Rotunda da Gândara – Semaforização – Para conhecimento.-----

-----Aprovou, por unanimidade, não discutir o Relatório de Avaliação de 2016 do Estatuto do Direito de Oposição.-----

----Aprovou, por unanimidade, a concessão da isenção de pagamento do Imposto Municipal de Transmissão Onerosa de Imóveis referente à constituição do direito de superfície com



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Laboratórios Basi – Indústria Farmacêutica, SA. sobre o imóvel identificado como lote nº 8, do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça, com a área de 63.256 m², inscrito na matriz urbana sob os nº. P3095, da União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, destinado a indústria armazém e serviços.-----

-----Aprovou, por unanimidade, a concessão à empresa RIA, SA, com sede no Parque Manuel Lourenço Ferreira, da isenção de pagamento da taxa no valor de treze mil oitocentos e sessenta e dois euros e oitenta cêntimos (13.862,80€), referente ao licenciamento do Processo número 1/2017/74 de Construção Nova – Armazéns e atividade industrial, sito no Parque Manuel Lourenço Ferreira União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Aprovou, por unanimidade, a concessão à empresa Laboratórios BASI – Industria Farmacêutica SA, da isenção de pagamento da taxa no valor de trinta e quatro mil setecentos e setenta e três euros e um cêntimo (34.773,01 €), referente ao licenciamento do Processo número 1/2017/60 de Construção Nova –Industria, sito no Parque Manuel Lourenço Ferreira União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Aprovou, por unanimidade, a concessão a Eduardo Luís Antunes Oliveira e Sandra Sofia Simões Almeida, da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil quinhentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e três cêntimos (1.559,53 €) e da TMU de setecentos e sessenta e dois euros e quarenta e dois cêntimos (762,42 €), referente ao processo nº. 01/2017/4 - Construção Nova – Moradia, muros de vedação e suporte, sita na Rua Vale de Torga – Freixo- União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-JUVENTUDE:-----

5.1.1.- Apoio Natalidade e Famílias – Ratificação de processos :-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foi presente o processo



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de candidatura número 26/2017 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do número 1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

6.-CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.- APOIO A INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS:-----

6.1.1.-Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vale de Remigio:-----

----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“ Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro a investimento, remetido pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vale de Remigio, entende-se que este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Está em causa um pedido de apoio financeiro para a 2ª. Fase da obra de Conservação e restauro do Património Integrado da Igreja Paroquial da Freguesia de Vale de Remigio, nomeadamente, Conservação e restauro da pintura mural, retábulos laterais, retábulo da batismal e outros trabalhos, e cujo orçamento ascende ao montante de 50.520,00 €.-----

-----Trata-se de património de cariz religioso de grande valor para o Concelho, tendo sido construída com o esforço das gentes da extinta Freguesia de Vale de Remigio, que empenharam muito o seu tempo e dedicação na edificação deste projeto considerando como uma mais valia para toda a comunidade.-----

-----Toda a envolvimento da população da extinta Freguesia de Vale de Remigio pauta-se por atuação por orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza religiosa, mas também cultural, contribuindo, assim para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Este investimento reveste um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimento local.-----

-----Assim, nos termos do disposto do artº. 8º. do Regulamento Municipal para a Atribuição de Apoio a Entidades Terceiras, proponho a atribuição do seguinte subsídio de apoio financeiro às



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

obras de restauro e melhoramentos da Igreja Paroquial da Igreja de Vale de Remígio no montante de 20.000,00€.”-----

----- A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade aprovar a proposta de atribuição de subsídio mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 2º. Regulamento Municipal para a Atribuição de Apoio a Entidades Terceiras.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção do compromisso, que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 080701, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, programa 004 Apoio Instituições Religiosas, no projeto 2017/34.-----

7.-AÇÃO SOCIAL:-----

7.1.-INOVAÇÃO SOCIAL – SIM À INCLUSÃO:-----

7.1.1.- Projeto Escola Quinta Terapêutica Pedagógica – Protocolo:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo tripartido a celebrar entre o Município de Mortágua, com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua, e a Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Vale de Remígio, e que tem por objeto a criação e desenvolvimento do Projeto Municipal Escola Quinta Pedagógica – Terapêutica, no âmbito da terapia e atividades assistidas por animais entre outras, que se anexa e que para todos os efeitos, e que visa a melhoria da qualidade de vida das crianças particularmente com necessidades educativas especiais, adultos e idosos a partir de uma ação lúdica, motivacional, terapêutica e educativa.---

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade aprovar o Protocolo.--

7.2.-PROTOCOLO A CELEBRAR COM A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MORTÁGUA PARA A CEDÊNCIA DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE VILA MOINHOS PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO SOCIAL :-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Contrato de Comodato de cedência de utilização do edifício municipal e respetivo espaço envolvente da inativa Escola Primária de Vila Moinhos, na Rua da Escola, em Vila Moinhos, Freguesia do Sobral, Concelho de Mortágua se encontra inscrito na respetiva matriz sob o artigo 876, da referida Freguesia à Santa Casa da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Misericórdia de Mortágua, instalação e funcionamento de um Centro Social para o desenvolvimento de atividades dirigidas à população idosa integradas nas respostas sociais centro de dia e ou/ centro de convívio, prevendo o mesmo uma comparticipação financeira por parte do Município de mil euros (1.000,00 €), por mês até ao final de 2017.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade aprovar o Protocolo.-

7.3.-MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE INVESTIMENTO SOCIAL NA IIES –

Iniciativa estouCÃOtigo:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para efeitos de candidatura à Capacitação para o Investimento Social da iniciativa Portugal Inovação Social a Manifestação de Interesse de Investimento Social na IIES iniciativa estouCÃOtigo – Colocação Solidária e Responsável de Cães de Assistência em Famílias Especiais e Instituições Sociais, da qual o Município de Mortágua é proponente, e a entidade que a promove a ABAADV (Associação Beira Agueira de Apoio ao Deficiente Visual), que se dá aqui por integralmente reproduzida.-----

-----O Senhor Presidente informou que tendo em consideração a data para remessa ao POISE da referida Manifestação de Interesse Social procedeu à sua assinatura em representação da Câmara, propondo assim a ratificação do seu ato e atento o n.º 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade ratificar o ato do Senhor Presidentes.-----

8.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:-----

8.1.-BAIRRO DE HABITAÇÃO SOCIAL DA GANDARADA:-----

8.1.1.-Rescisão de Contrato de Arrendamento:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta de Ana Cristina Miranda, datada de 23/06/2017, na qualidade de titular o do contrato de arrendamento de um T2, lote 7, r/ch, Esqº. no Bairro de Habitação Social da Gandarada que lhe foi atribuído na sequência do concurso público efetuado para o efeito, a solicitar a denúncia do referido contrato de arrendamento a partir de 30 de junho corrente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara deliberou por unanimidade denunciar o contrato com efeito a partir de 30 de junho, prescindindo do aviso prévio de cento e vinte (120) dias estabelecido na Lei, condicionado à verificação pelos serviços municipais das condições em que se encontra o fogo.-----

9.-PROTEÇÃO CIVIL:-----

9.1.-PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MANCHA FLORESTAL:-----

9.1.1.-Pedidos de Autorização Prévia para Utilização de Fogo de Artifício (nº.2, do artº. 29º. do Dec. Lei nº. 124/2006, de 28 de junho:-----

9.1.1.1.- Festa de S. João na Gândara:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente à Câmara o seu despacho - Autorização Prévia de lançamento de fogo de artifício e artefactos pirotécnicos exarado no requerimento datado de 22/06/2017, de João Manuel Gomes Torres de Oliveira, a requerer nos termos do disposto o número 2 do artigo 29º. do Decreto – Lei número 124/2006, de 28 de junho ,com nova redação que lhe foi dada pelo Decreto –Lei nº.17/2009, de 14 de janeiro, autorização prévia para a utilização de fogo de artifício nas Festas de São João na Gandara, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça, nos dias 24-25 de junho.-----

-----Assim, considerando que o requerente necessitava de deferimento urgente do requerimento apresentado considerando a data do evento, atento o n.º 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente propôs a que fosse ratificado o despacho apostado no requerimento apresentado pelo requerente.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade ratificar o ato do Senhor Presidente.-----

9.1.1.2.-Festa de S. Pedro em Vila Gosendo, Freguesia do Sobral:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente à Câmara o seu despacho - Autorização Prévia de lançamento de fogo de artifício e artefactos pirotécnicos exarado no requerimento datado de 22/06/2017, de João Manuel Gomes Torres de Oliveira , a requerer nos termos do disposto o número 2 do artigo 29º. do Decreto – Lei número 124/2006, de 28 de junho ,com nova redação



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

que lhe foi dada pelo Decreto –Lei n.º17/2009, de 14 de janeiro, autorização Freguesia do Sobral, nos dias 2 e 7 de julho.-----

-----Assim, considerando que o requerente necessitava de deferimento urgente do requerimento apresentado considerando a data do evento, atento o n.º 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente propôs a que fosse ratificado o despacho apostado no requerimento apresentado pelo requerente.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade ratificar o ato praticado pelo Senhor Presidente.-----

10.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

10.1.-EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-----

10.1.1.-Alteração ao loteamento da 1ª. Fase do Plano de Pormenor para Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----

-----Foi retirado da Ordem de Trabalho.-----

10.1.2.-Abertura do Procedimento da 3ª. Hasta Pública para Venda dos Lotes da 1ª. Fase Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Regulamento da 3ª. Hasta Pública para Venda de Lotes do loteamento da 1ª. Fase do Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Ferreira, de propriedade do Município, sito na União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, e que se encontra inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua sob o artigo P 3087, cujos lotes respetivas áreas e preços base de licitação estão identificados no artigo 2º. e artigo 4º. do Regulamento, que se dá aqui por integralmente reproduzido e que fica apenso à ata da presente minuta.-----

-----O Senhor Presidente mais propôs, para efeitos do cumprimento do n.º.3 do artigo 10º. do Regulamento da Hasta Pública para venda de lotes do Loteamento da 1ª. Fase do Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, que a Comissão da Hasta Pública seja constituída por:-----

-----Presidente – Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Vogais: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vereador e Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão.-----

-----Suplentes: Drª. Sandrine Bento de Matos, Técnica Superior e Engº. Luís Filipe Martins Rodrigues, Técnico Superior.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a abertura do procedimento da hasta pública, bem como o respetivo Regulamento e a constituição da Comissão da Hasta Pública.-----

11.-ADMINISTRAÇÃO:-----

11.1.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2017:

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – quarenta mil euros (40.000,00€);-----

-----Anulação despesas de capital – quarenta e dois mil euros (42.000,00 €);-----

-----Reforço despesas correntes – dois mil euros (2.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal a Câmara deliberou, por unanimidade, aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

11.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2017:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do número do 1 do 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Modificação de Financiamento definido – zero euros (0,00 €);-----

-----Modificação de Financiamento não definido – quarenta e dois mil euros (42.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou, por unanimidade aprova-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião

11.3.-ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA BEIRA ALTA E DOURO SUL – Reunião para dissolução:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício datado de 26/06/2017, ref.ª 2017/11339, do Presidente da Câmara Municipal Viseu, em que, atendendo ao tempo decorrido desde a constituição da Associação de municípios da Beira Alta e Douro Sul, em 07/09/1987, sem que tenha sido desenvolvida qualquer atividade, não deixando de estar, por isso, isenta de controlo do Tribunal de Contas, às alterações legislativas ocorridas desde o Decreto-Lei nº.266/81, de 15/09, em vigor à data da constituição da AMBADS, até à atual Lei nº. 75/2013, de 12/09, bem como o facto de que, atualmente, todos os Municípios associados estão integrados nas comunidades Intermunicipais das respetivas zonas, e na qualidade de Presidente da Câmara de Viseu, cidade onde a AMBADS tem sede, procede à convocatória para a Assembleia Geral Extraordinária da Associação de Município da Beira Alta e Douro Sul, que se realizará no próximo dia 10 de julho pelas 17,00 horas, no edifício do antigo Governo Civil para deliberar sobre a dissolução da associação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

11.4.-PROCESSO DE CONTENCIOSO PRÉ-CONTRATUAL Nº. 505/16.1 BEVIS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE VISEU – SILVEXPLOR – Silvicultura Unipessoal, Lda. vs. Município de Mortágua:-----

-----Pelo Senhor foi presente ofício do Gabinete Miranda, Barreto, Rebelo & Associados, datado de 26/06/2017, através do qual informa dá conhecimento da Sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu , de 21/06/2017, sobre Processo de Contencioso Pré-Contratual nº. 505/16.1 BEVIS , no âmbito do procedimento nº. 37/2016 designado “Recuperação e Valorização da Ribeira da Fraga – Criação de percurso pedestre entre a ponte



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do Barril e o Parque Verde, em que é autora SILVEXPLOR – Silvicultura Unipessoal, Lda., que acolhendo as razões do Município de Mortágua, julgou a Ação improcedente e absolveu o Município.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

11.5.-PAGAMENTO COERCIVO DE VALOR EM DIVIDA – DÉBITO AO TESOUREIRO:-----

-----No seguimento de informação dos Serviços de Administração Geral da Divisão Administrativa e Financeira o Senhor Presidente informou que a empresa Prosatriunfo, Lda. , com sede em Rua Principal, nº. 2, Ferradosa, Freguesia de Marmeleira, Concelho de Mortágua, com o NIF 510622968, foi notificado através do ofício referência DAF/AG 1211, de 5 de junho, para efetuar o pagamento do preço de cento e noventa euros e setenta e sete cêntimos (190,77) € devido ao Município pelo serviço de ligação do ramal de água, não tendo dado cumprimento à notificação, razão pela qual o processo deve ser debitado ao Tesoureiro do Município, nos termos previstos no ponto 2.6.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro, para cobrança coerciva da dívida.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade debitar a dívida em referência ao Tesoureiro nos termos previstos no ponto 2.6.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro, para cobrança coerciva da dívida.-----

11.6.-PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA VENDA DO TERRENO JUNTO À CAPTAÇÃO DE CERDEIRA:-----

-----Foi retirado da Ordem de Trabalhos.-----

11.7.-CONTRATO DE ARRENDAMENTO COM ISABEL MARIA MONTEIRO DANTES, PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE INTERPRETATIVO DAS INVASÕES FRANCESAS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente à Câmara a Proposta referente ao Arrendamento



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

supra - referido, que a seguir se transcreve: -----

-----“Considerando que: -----

-----Mortágua assumiu um papel estratégico na Terceira Invasão Francesa a ao longo dos anos temos assistido ao esquecimento deste património histórico da comunidade. -----

-----O Município está empenhado em conceber um centro especializado no ensino e divulgação da Batalha do Buçaco, da Guerra Peninsular, do território de Mortágua, da sua história e as suas gentes, perspetivando alcançar esse desiderato através da criação de um espaço dinâmico, cultural o Centro Interpretativo das Invasões Francesas.-----

-----Com objetivo específico de conservação e valorização do património histórico - cultural enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística, o Município está empenhado criar uma rota turística que abranja toda a área do Concelho e da qual irá fazer alguns equipamentos, nomeadamente o Centro Interpretativo das Invasões Francesas.-----

-----A Sr^a. Isabel Maria Monteiro Dantas, viúva, residente na Rua de Birre, 346, Birre, 2750-217 Cascais titular do cartão de cidadão n.º 2164319, contribuinte fiscal n.º 127928294 o Sr. Filipe Hood Gouveia Dantas Abreu, solteiro, maior, residente na Rua da Imprensa Nacional, n.º 64 – 2.º esq., 1250-127 Lisboa, titular do cartão de cidadão n.º 11943367, contribuinte fiscal n.º 226428850, o Sr. Fernando Hood Dantas Abreu, solteiro, maior, residente na Rua Dr. João Lopes de Moraes, n.º 44, 3450-153 Mortágua, titular do cartão de cidadão n.º 12836748, contribuinte fiscal n.º 249205785, é donos e legítimos proprietários do prédio urbano sito à legítimos possuidores de um prédio urbano, de r/c e primeiro andar, situado na rua Dr. João Lopes de Moraes, n.º 44, da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, concelho de Mortágua, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua sob o n.º 3324 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1523, que teve origem no artigo 970 da Freguesia de Mortágua.-----

-----Estes aceitam celebrar um contrato de arrendamento do rés-do-chão, do prédio acima identificado, para a instalação do Centro de Interpretativo das Invasões Francesas, até ao final



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do ano, mediante a contrapartida de uma renda mensal de €350,00 (trezentos e cinquenta euros), até ao final do ano de 2017, com início a 1 de julho de 2017, podendo ser renovável. ---

-----Somos a propor que a Câmara Municipal :-----

-----a) Aprove o Contrato de arrendamento do rês do chão prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua sob o n.º 3324 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1523, que teve origem no artigo 970 da Freguesia de Mortágua, atrás melhor identificado, a celebrar entre e o Município de Mortágua e Isabel Maria Monteiro Dantas, Filipe Hood Gouveia Dantas Abreu e Fernando Hood Dantas Abreu, para instalação do Centro Interpretativo das Invasões Francesas, o qual se anexa e aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os devidos e legais efeitos; e, -----

-----b) Em consonância autorizar a despesa mensal de € 350,00 a título de pagamento da renda.”

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o contrato de arrendamento e mandar o Senhor Presidente a outorgá-lo -----

11.8.-ALTERAÇÃO DA DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA:-----

-----O Senhor Presidente informou que propôs que se alterasse data da próxima Reunião de Câmara para o dia 18 (Terça. Feira), às 15,30 horas, considerando que pretende que seja feita na Reunião de Câmara uma apresentação do PERU, pela empresa que se encontra a elaborá-lo, ARESTA, LDª., e esta só tem disponibilidade naquela data -----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, aprovar que próxima reunião ordinária da Câmara do mês de julho se realize no dia 18, pelas 15,30 horas, mantendo-se esta pública, ficando os Membros do Executivo presentes dispensados de qualquer outra forma de convocatória.-----

12.- LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

12.1L-OTEAMENTO URBANO COM O ALVARÁ N.º.2/90 – OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA RUA PADRE MODERNO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo n.º. 02/1988/664, Loteamento Urbano - Habitação e Comércio, na Rua Padre Moderno, em Mortágua acompanhando do Parecer



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Técnico do Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território, datada de 21/06/2017, e que a seguir se transcreve:-----

-----“ Na sequência das deliberações de Câmara nas reuniões de 21.03.2012, 15.10.2014 e 03.12.2014 e respetivas notificações ao proprietário do lote n.º 4, verifica-se que o prazo de demolição do edifício em causa terminou em 06.06.2017 em que de tal tivesse sido dado cumprimento por parte do proprietário.-----

-----Tal situação é impeditiva da conclusão das “obras de urbanização” constantes do processo de loteamento urbano titulado pelo alvará n.º 2/90 em termos de espaços para execução de passeios e estacionamento, legalmente cedidos aos Município pelo promotor do loteamento.-----

-----Acresce o facto do edifício (barracão) em causa se encontra a ocupar uma área de domínio público.-----

Assim e com base no n.º 1 e 2 do artigo 84.º, dos artigos 107.º, 108.º e 109.º do DL n.º 555/99 alterado pelo DL n.º 136/2014, de 9 de setembro, sou de parecer que a Câmara deverá tomar posse administrativa do edificado e proceder à demolição do mesmo.-----

-----Contudo e para melhor enquadramento legal proponho que se solicite parecer ao Consultor Jurídico da Autarquia.”.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade remeter o processo ao assessor jurídico para emissão de parecer.-----

12.2.-LOTEAMENTO URBANO DOS LOBO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo n.º 02/2017/3, relativo à operação de loteamento denominado “Loteamento Urbanos dos Lobos” que Abraltino Barbosa de Moraes Lobo e Outros, residente na Rua Albano Moraes Lobo, n.º 3, Mortágua, pretende levar a efeito no prédio rústico, situado entre a Rua Dr. João Lopes de Moraes e a Avenida Dr. José Assis e Santos, em Mortágua, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça, inscrito na matriz predial sob o artigo 3964 da dita União das Freguesias de Mortágua.



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua sob o n.º 1422 .-----

-----Da Memória Descritiva do Loteamento constam os seguintes Dados Quantitativos da Proposta:-----

Nº. Lote	Área	Área de Implantação Máxima	Área Bruta de construção acima do solo	Volume de construção acima do solo	Nº. Pisos abaixo da cota da soleira	Nº. Pisos acima da cota da soleira	Cércea	Fogos	Função
1	343,58	224,07	672,21	2329,00	1	3	10	6	Hab.(pisos 1 e 2) e comércio (pisos 0)
2	136,40	136,40	409,20	1556,10	1	3	10	2	Hab.(pisos 1 e 2) e comércio (pisos 0)
3	244,93	182,01	546,03	1100,00	1	3	10	4	Hab.(pisos 1 e 2) e comércio (pisos 0)
4	186,42	132,43	264,86	900,00	1	2	6	1	Habitação
5	358,60	245,59	491,18	1800,00	1	2	6	1	Habitação
Total	1269,9	920,50	2383,48						-----

Área de cedência para Espaços Verdes e Equipamentos	733,31 m2
---	-----------

Área Total da Propriedade	2003,21 m2
---------------------------	------------

Área total da Propriedade – 2003,21 m2
Área total da Propriedade a lotear -2003,21 m2
Área Total do Terreno Utilizável – 2003,21 m2
Área de construção total – 2227,22 m2
Área de Implantação total – 920,50 m2
Índice de Utilização do Solo – (CAS) -1,1
Índice de Ocupação do Solo – (COS) – 0,45

-----Acerca da pretensão o Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território, prestou a seguinte informação:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----“Assunto: Loteamento Urbano da Família Lobo – Compensações e Cedências ao Município:-----

-----*Da análise técnica do estudo prévio denominado “Loteamento dos Lobos” conclui-se que:-----*

-----*Ao loteamento é aplicável a seguinte legislação:-----*

----- ° RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - DL 555/99 alterado pelo DL 136/2014 - artigos 41º ao 65º.-----

----- ° RMUET – Regulamento Municipal de Urbanização, da Edificação e Taxas – D.R. II série, n.º 64 de 1 de abril de 2009 (fl. 12599 a 12610) - artigos 41º ao 55º.-----

----- ° Portaria n.º 216-B/ 2008 de 3 de março e declaração de rectificação n.º 24/2008.-----

----- • Os quadros anexos indicam:-----

----- ° **Área a ceder gratuitamente à Câmara, destinadas a espaços verdes e a equipamentos de utilização colectiva a integrar no domínio público municipal (artigo 52º RMUET).**-----

----- ▪ **Área – 983,075 m²;**-----

----- ° **Cálculo de estacionamento:**-----

----- ▪ 35 estacionamentos privados (5 estacionamentos para as 2 unidades moradias unifamiliares + 12 para as 8 unidades de habitação coletiva + 18 para as 3 unidades comerciais) havendo necessidade de criar estacionamentos subterrâneos especialmente nas zonas ocupadas pelos lotes 1,2 e 3.-----

----- ▪ 3 estacionamentos públicos.-----

----- ▪ Há necessidade de reformular o estacionamento previsto neste estudo na zona Norte-Nascente, a partir dos antigos CTT, actualmente ocupado com as palas de protecção solar dos táxis.-----

-----• **Valor das Taxas pela realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanas – 1.415,07 € (ficha de calculo em anexo);**-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----• **Valor das Compensações em numerário – 5.545,37 €** (ficha do cálculo em anexo);-----

----- • Se o prédio já estiver servido de infra-estruturas ou não se justificar a localização de qualquer equipamento ou espaço verde públicos - n.º 4 do artigo 44.º do RJUE e artigo 53.º do RMUET, aplica-se a **compensação em espécie** (cedência de lotes, prédios urbanos, edificações ou prédios rústicos), prevista no artigo 54.º do RMUET com a avaliação independente de terrenos ou imóveis a ceder ao Município através de 1 comissão de 3 elementos (2 nomeados pela CMM e 1 pelo promotor da operação urbanística).-----

-----**Em conclusão:**-----

-----• Os valores das taxas e das compensações previstas no RMUET são os previamente calculados: 1.415,07 € + 5.545,37 € = **6.960,44 €**;-----

-----• Este último valor, de 5.752,69 €, pode ser negociado com o Município como compensação em espécie.-----

----- • A área de cedência proposta pelo promotor, de 733,31 m² é inferior à área de cedência gratuita de 983,075 m² que decorre do artigo 52.º do RMUET pelo que o diferencial (983,075 m²–733,31 = 249,765 m²) terá um valor de 249,765 m² x 28€ = **6.993,42 €**.-----

-----• Se aplicarmos o custo geográfico / m² de terreno para o Concelho de Mortágua, previsto no artigo 54.º do RMUET – Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, publicado no DR-2.ª série-N.º 64 de 1 de abril de 2009, chegamos aos seguintes valores:-----

----- ° Se a CMM optasse pela **expropriação de terreno** – 733,31 m²x28€ = **20.532,68 €**;-----

-----° Se o promotor optar pelo loteamento, pagará ao Município = **6.910,03 € de taxas + 6.993,42 € de diferencial de áreas de cedência = 13.903,45 €**;-----

-----• **As infraestruturas envolvidas** estão executadas, tendo unicamente de se realizar:-----

-----° A reorganização do estacionamento na Rua Dr. J. Assis e Santos e consequentemente a nova moldura de passeios na frente Norte do loteamento.-----

----- ° A pavimentação da via de acesso pedonal em questão;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----• Esta análise económico-financeira permite-nos concluir que os custos inerentes à implementação do Projeto do Loteamento, se cifra em eventual benefício para ambas as partes especialmente para este último, num diferencial de:-----

-----° 20.532,68€ (valor de eventual expropriação a pagar pelo Município motivado pelo interesse de criação de um acesso pedonal público entre 2 vias urbanas estruturantes)) - 13.903,45 € (valor de taxas de compensação a pagar pelo promotor) = **6.629,23 € a favor do Município.**-----

----- • Em conclusão: -----

-----° o projeto apresentado está de acordo com as normas técnicas e urbanísticas em vigor, impostas pelo:-----

----- ▪ PDM-plano diretor municipal, aprovado pela resolução do Conselho de Ministros n.º 39/94 e publicado em DR, 2ª série-B e 06-06-1994,-----

----- ▪ RJUE-regime jurídico da urbanização e edificação, constante do DL n.º 555/99, alterado pelo DL n.º 136/2014 de 09.09;-----

----- ▪ RMUET- regulamento municipal da urbanização, edificação e taxas, publicado no Edital n.º 329/2009 no D.R. 2ª série, n.º 64 de 1 de abril de 2009.-----

-----O processo está em condições de ser aprovado com os condicionalismos urbanísticos indicados neste parecer.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar as operações do loteamento, nos termos e condições indicadas, bem como as Taxas pela realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanas no valor de mil quatrocentos e quinze euros e sete cêntimos (1.415,07 €), (artigos 41.º, 42.º, 43.º. E 44.º. do Regulamento Municipal da Urbanização, da Edificação e Taxas), a compensação em numerário referente ao artigo 54.º. do Regulamento Municipal da Urbanização, da Edificação e Taxas no valor de cinco mil quinhentos e quarenta e cinco euros e trinta e sete cêntimos (5.545,37 €), a área de cedência para o domínio do Município de 733,31 m2 e a compensação em numerário de seis mil novecentos e noventa e três euros e quarenta e dois cêntimos (6.993,42 €) e referente ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

diferencial da área de cedência obrigatória para o Município (983.075 m² – 733,31 m³ = 249,765 m²), estando dispensado do procedimento de consulta pública nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo decreto-lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, artigo do RMUET.-----

12.3.-PROCESSO N.º.4/2017/36, DE EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO A EDIFICAÇÃO EXISTENTE NO PRÉDIO URBANO INSCRITO NA MATRIZ DA UNIÃO DE FREGUESIAS MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA, NÃO POSSUI CONDIÇÕES DE MINIMAS DE HABITABILIDADE:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo 04/2017, requerimento n.º.04/20379/2017, de Rosinda Maria Breda, residente na Rua Principal n.º. 17, Almaça, 3450 - 011 Mortágua, com o número de identificação fiscal 1176952624, a requerer na qualidade de proprietário a emissão de certidão comprovativa em como o prédio urbano registado na matriz predial da respetiva freguesia sob o artigo 108, sito na Rua Principal, Almaça, União de Freguesia de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, se destina a arrumos e não a habitação.-----

-----De acordo com o Parecer Técnico, datado de 26/06/2017 exarado no processo o edifício em causa, bastante degradado não possui condições de habitabilidade mínimas de utilização para habitação estando apenas a ser utilizado para arrumações.-----

-----A Câmara, considerando as informações dos serviços constantes no processo, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

12.4.-PROCESSO N.º. 04.2017.40, DE EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO A EDIFICAÇÃO EXISTENTES NO PRÉDIO URBANO INSCRITO NA MATRIZ DA FREGUESIA DE ESPINHO SOB O ARTIGO 650 ENCONTRA-SE EM RUINAS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente à Câmara o seu despacho - de emissão de certidão exarado no requerimento datado de 26/06/2017, de Aires Rodrigues, residente em Rua Valinho das Aveias, n.º.14, Falgaroso da Serra, 3450 – 057 Mortágua, a requerer a emissão de certidão



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

comprovativa relativamente urbano sito na Rua Principal, nº. 34, Falgaroso da Serra, Freguesia de Espinho, inscrito na matriz predial da respetiva freguesia sob o artº. 650º. encontra-se em estado de ruínas, estando dispensada da Autorização de utilização.-----

-----Assim, considerando que o requerente necessitava de deferimento urgente do requerimento apresentado, atento o n.º 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente propôs a que fosse ratificado o despacho apostado no requerimento apresentado.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente.-----

-----Não participou na votação a Senhora Vereadora Márcia Maria dos Santos Lopes nos termos do n.º 5 do artigo 83º. do Estatuto da Ordem dos Advogados.-----

12.6.-PROCESSO Nº. 10/2017/24 DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES DE PRÉDIOS RÚSTICOS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 10/2017/24, reqº. 10.2017/406 de Margarida Rosa Braz de Moraes Lobo, residente na Rua de Monte Alegre, nº.149, Freguesia de Paranhos, Porto, a requerer, na qualidade de cabeça de casal da herança por óbito de Lucília Barbosa de Moraes Lobo Gaspar, com o NIF 03690825, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes relativamente ao seu prédio sito em Recainha, inscrito na matriz predial rústica da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça, sob o artigo nº. 1623 com a área 1,620000 ha para efeitos de registo de escritura pública de compra e venda a favor de Luis Miguel Martins Lobo, metade (½).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e os Pareceres Técnicos do Chefe de Divisão de Planeamento do Território e Serviços Urbanos, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

12.7.-EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----

12.7.1.-PROCESSO Nº. 08/2017/01, RUA PRINCIPAL, VALE DE BORREGÃO, MARMELEIRA:-----

-----O Senhor Presidente informou que, na seguimento da notificação feita do projeto de decisão tomada na reunião ordinária da Câmara de 17/05/2017, relativa ao processo 08/2017/01 de edificação em mau estado de conservação sito na Rua Principal, Vale de Borregão, Freguesia da Marmeleira, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 122º. do Código do Procedimento Administrativo, terminou o prazo para se pronunciar sem que este nada dissesse-----

-----Assim sendo, foi deliberado por unanimidade remeter o processo ao Serviço de Fiscalização para verificar o estado em que se encontra presentemente a edificação, uma vez que foi suscitada a dúvida por parte do Executivo de que a mesma já teria sido demolida.-----

12.7.2.-PROCESSO Nº. 08/2012/03, RUA CHÃO DE PEDRO, FELGUEIRA, SOBRAL:-

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo 08/2012/03 de edificação em mau estado de conservação sito na Rua do Chão do Pedro, na Felgueira, Freguesia do Sobral de propriedade de Herdeiros Esmeraldo dos Reis, acompanhado do Parecer Técnico do Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território, datado de 23/05/2017, elencando toda a tramitação do processo, e que na sequência da última decisão tomada sobre o assunto em reunião de Câmara de 15/02/2017, de notificação da decisão definitiva foram notificados os proprietários (f. 77 a 82), tendo os Serviços de Fiscalização Municipal (fl.83) datada de 05.05.2017, constatado que a demolição ordenada pela Câmara Municipal não foi cumprida, concluindo que:-----

-----“O edificado:-----

-----. Está em desconformidade com o plano de ordenamento do território – PDM/94 para “Espaços Urbanos”.-----

-----. Está em desconformidade com as normas legais o RJUE (artigo 89º. E 89º-A) e do RGEU (artigo 12º.) -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----- Colide com normas legais e regulamentares relativas ao aspeto exterior e inserção urbana e paisagística das edificações.-----

-----Assim e uma vez que os proprietários não desenvolveram quaisquer intervenções que para o efeito lhe foram determinadas pela Câmara Municipal estão reunidas as condições legais para:-----

----- ser aplicado o constante do artigo 91º, 107º. e 108º. N.º 555/99, alterado pelo DL Lei n.º.136/2004, de 9 de setembro, isto é, a “posse administrativa” do imóvel para dar execução imediata às “demolições e limpeza de terreno” sendo de conta do infrator as “despesas realizadas com a execução coerciva”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade remeter o processo ao Assessor Jurídico para verificar se estão reunidas as condições para a posse administrativa.--

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Rosa Maria Ferreira Breda

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----